

A antropologia e a questão disciplinar

Recentemente, uma colega do Departamento de Antropologia da Universidade Chinesa de Hong-Kong publicou um artigo interessante sobre o ensino da disciplina em Hong-Kong. Aí Maria Tam insurgia-se contra uma série de estereótipos que pesam sobre a antropologia e dificultam a opção pela disciplina a muitos que, de outra forma, se sentiriam por ela atraídos (1998). Segundo esta colega (1998, p. 204):

Os estereótipos sobre a antropologia são gritantes: (i) esta teoria de torres-de-marfim preocupa-se com questões pouco práticas sobre a natureza humana e a evolução e, por isso, é incapaz de produzir profissionais com orientação técnica para o mundo de negócios que são necessários à economia; (ii) os antropólogos fazem uso de metodologias qualitativas, e não quantitativas; portanto, são subjectivos, a sua investigação não é representativa e enferma de uma série de problemas que devem ser evitados pela «ciência» (leia-se positivista); (iii) a observação participante demora tempo de mais a fazer e não pode fornecer respostas imediatas ou resoluções prontas aos problemas sociais.

Como todos os estereótipos, estas afirmações radicam parcialmente em factos reais. Jaz aí, precisamente, o seu perigo — partindo do verdadeiro, desliza-se com toda a facilidade para o falso e daí para o francamente caricato. A ignorância ou falta de perspicácia de alguns não me motivaria a escrever os comentários que se seguem. O problema, porém, parece ser de maior monta.

Nos últimos tempos tenho vindo a participar numa série de eventos (comissões, reuniões, encontros, órgãos decisórios) em que se vai produzindo a política científica nacional. Ora, aí a questão da definição disciplinar da antropologia emerge impreterivelmente. Confronto-me então com todo o

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

género de lugares-comuns discriminatórios. A questão é mais grave quando essas afirmações são oriundas, não de laicos, mas de *outros cientistas sociais*. Mais ainda: algo que me preocupa em especial é o facto de alguns dos colegas antropólogos com que me vou cruzando acabarem por aceitar de forma implícita os mesmos estereótipos. Revelam uma singular inépcia para contra-atacarem estas formas de estereotipização disciplinar.

CORPORATIVISMOS

Trata-se de algo de muito sério devido ao momento por que passam as ciências sociais em Portugal. Sem querer esconder as falhas graves que ainda se notam, podemos afirmar com segurança que, depois do período formativo que se viveu na década de 80, temos hoje em Portugal um corpo consolidado de docentes e investigadores e de instituições de ensino superior e investigação. Mais ainda: não devemos escamotear que a equipa presentemente a cargo do Ministério da Ciência teve a insigne honra de ter sabido chamar as ciências sociais para o seio da política científica portuguesa.

Neste processo de afirmação disciplinar, porém, o espírito de cooperação, diálogo interdisciplinar e mesmo, em alguns casos, transdisciplinaridade que se viveu na década de 80 parece ter sido abandonado. Hoje doutorados, agregados e catedráticos, a nossa elite de sociólogos, que tanto devem à antropologia e à história na sua formação, parecem ter-se de tal esquecido. Vemos serem tomadas atitudes de afirmação corporativística que pouco honram esse passado ainda recente. O que se passou em relação ao ensino das ciências sociais no secundário é sintomático e não é de somenos importância, já que a maioria dos graduados de Antropologia, tanto quanto de Sociologia ou Geografia, têm como futuro profissional imediato o ensino.

Este corporativismo disciplinar não é, porém, só mais um infeliz produto da marginalidade científica portuguesa. Estamos perante uma reacção de natureza internacional (felizmente, note-se, não universal). Se não, vejamos: o próprio guru da moda política recente, Anthony Giddens, deu-se ao luxo de funcionar como reprodutor deste género de ideologia académica (e não científica). No seu *In Defence of Sociology* (1996) fez a seguinte afirmação, que deixo no original inglês para não ser acusado de traduzir mal. Hoje, afirma o autor, a antropologia é uma «discipline that deals with an evaporating subject matter, staking claims to a method that it shares with the rest of the social sciences anyway, and deficient in its core theoretical traditions»¹.

Vinda de uma pessoa indubitavelmente informada sobre o tema, que preside à escola de ciências sociais onde a antropologia deu os seus mais importantes passos em direcção à modernidade (a London School of Economics and Political Sciences), esta afirmação é especialmente gravosa.

Só quem não souber que estas três afirmações são empiricamente falsas poderá ignorar que se trata de uma reivindicação hegemónica com finalidades próprias no interior de uma luta pelo poder académico. Felizmente, nem todos os gurus da sociologia partilham este despudor corporativístico. Bourdieu, por exemplo, continua a lembrar-se das suas origens disciplinares e a descrever-se regularmente como «antropólogo».

Assim, parece-me que vale mesmo a pena gastar tinta com isto e explicar para todos os que não sabem por que é que este género de afirmações é errado.

DEFINIÇÕES

Não há que esconder que, para os antropólogos, o problema da definição disciplinar existe realmente. Sumariando — e passando por cima da velha ironia sobre «antropófagos» —, podemos afirmar que há três fontes de equívoco. A primeira tem a ver com o lugar-comum que advém do próprio nome da disciplina. Isto é importante porque os nomes têm influência, queiramos nós ou não.

Jamais me esquecerei da resposta que um dia me deu o meu pai quando estudávamos uma lista de cadeiras oferecidas pela Faculdade de Letras da Universidade do Witwatersrand, em Joanesburgo, com vista a escolher as quatro que eu faria durante o 1.º ano do meu B. A. «Que é que é antropologia social?», perguntei. Respondeu-me: «Antropologia ... ciência do homem ... só pode ser interessante, meu filho. Faz essa.»

Na verdade, o termo *antropologia* tem a sua raiz num projecto científico utópico que começou a ter manifestação universitária na década de 1860 (e que, portanto, nada tem de «jovem» ou «recente», como muitos continuam a ignorar). Nessa época parecia possível constituir uma ciência integrante e positivisticamente definida em torno do estudo do *subject matter* mais nobre de todos: o «homem», como se dizia na época.

Com a diversificação metodológica e teórica entre as várias ciências, a natureza utópica e irrealizável deste projecto foi-se tornando crescentemente patente. Se considerarmos o período da Primeira Grande Guerra o limiar da modernidade nas ciências sociais, vemos bem que aí radica a definitiva separação dos campos entre as ciências da vida e as ciências sociais.

Mesmo dentro destas, porém, a distinção entre ramos disciplinares com bases metodológicas e teóricas muito diferenciadas pode ser atribuída ao mesmo período. Assim, a antropologia, a arqueologia, a economia, a lingüís-

tica, a psicologia e a sociologia vieram crescentemente a encontrar caminhos autónomos, que hoje não questionamos sequer. O facto de alguns departamentos universitários americanos continuarem a integrar a antropologia, a arqueologia e a linguística sob a velha designação disciplinar de antropologia diz-nos mais sobre o conservadorismo académico do que sobre a teoria — como, aliás, qualquer estudo das citações feitas pelos respectivos cientistas imediatamente revelará.

Não nego que seria glorioso poder reencontrar nos nossos tempos uma nova ponte integradora entre todas as ciências da vida e todas as ciências sociais. Quem poderá fazê-lo, porém? O projecto é, provavelmente, megalómano. O dia a dia da ciência ao qual o comum de nós, nas nossas várias disciplinas, pode aspirar é feito de teorizações e descobertas bem mais comezinhas. E, quanto à necessidade de não esquecer os aspectos biológicos e psicológicos no estudo dos fenómenos sociais (e vice-versa), isso ninguém nega.

A segunda questão definicional surge em torno do facto de existirem duas outras designações académicas que usam o termo *antropologia* e que têm tão pouco a ver uma com a outra quanto com a disciplina de Antropologia praticada por esses que, nas universidades de todo o mundo, são geralmente designados por «antropólogos». Estes títulos, aliás, referem-se a realidades intelectuais de natureza muito distinta.

Por um lado, temos a chamada «antropologia filosófica». Trata-se de um ramo da teologia em que se discutem as questões levantadas pelo ser humano. O diálogo entre esta tradição intelectual e a antropologia social e cultural tem sido quase nulo. Por outro lado, temos a «antropologia física» (ou «antropobiologia», como a certa altura foi moda dizer-se). Neste caso, porém, não encontramos uma tradição intelectual única, nem sequer uma disciplina com uma relativa integração teórica e metodológica. Pelo contrário, o termo tem servido para integrar uma série de pessoas formadas na biologia, na genética ou na paleontologia e que não partilham um referencial metodológico e teórico comum — muito menos o referencial teórico das ciências sociais.

A terceira questão definicional prende-se com a distinção entre antropologia social e antropologia cultural. Já tive noutras ocasiões oportunidade de discutir este tema, pelo que não voltarei a levantá-lo aqui². Radicada numa disputa de natureza mais académico-institucional do que teórica, a diferenciação entre estas duas subtradições (norte-americana e britânica, respectivamente) tem vindo a desvanecer-se de há vinte anos a esta parte. Subsistem nos nossos dias consideráveis diferenças de sensibilidade entre europeus e norte-americanos, mas o diálogo científico é crescentemente internacional. O facto de um dos principais centros de investigação britânicos ter alterado o seu nome para Instituto de Antropologia Social e Cultural não é despidiando.

² Chamo a atenção dos que se interessam pelo estudo da história das ciências sociais para o artigo que Adam Kuper dedica a esta questões (cf. Kuper, 1990).

AN EVAPORATING SUBJECT MATTER

Voltemos então à infeliz afirmação de Giddens. A que se referirá ele com essa «constatação» de que a temática da antropologia (*subject matter*) estaria a evaporar-se? Penso que está a falar do velho estereótipo de que a antropologia seria a ciência que estuda os «povos primitivos». Esta noção radica na concepção novecentista que fundou a disciplina enquanto área académica. Segundo os autores da época, quem quisesse estudar os aspectos fundamentais da vida social e cultural teria de estudá-los nas suas manifestações mais simples, pois estas não seriam só mais simples, no sentido de serem mais facilmente descritas, mas seriam também mais primitivas, no sentido de conterem em si mesmas os germes da evolução das sociedades e culturas mais tardias.

Esta concepção veio a ser posta em causa no preciso momento em que se lançou a antropologia moderna — com a rejeição do evolucionismo por parte dos funcionalistas dos anos 20. Mais uma vez não farei aqui a história deste interessante tema, remetendo o leitor que necessite de mais informação para *The Invention of Primitive Society*, de Adam Kuper (1988). Contudo, essa época também coincidiu com o auge do expansionismo colonial ocidental. De repente surgia uma procura por parte dos Estados coloniais de *expertise* sobre povos e culturas que estavam para além do limiar de compreensão dos administradores coloniais.

Enquanto especialistas sobre «povos primitivos», os antropólogos encontraram assim um meio de subsidiar as suas dispendiosas investigações, tendo-se assistido a um dos momentos de maior crescimento e brilho intelectual da disciplina. A contradição entre a temática e a definição teórica era gritante — já Malinowski teve alunos a estudar sociedades «não primitivas» (por exemplo, Fei Xiaotong), Evans-Pritchard nos anos 40 advoga a antropologia dos povos com história, Pitt-Rivers publica em 1953 a sua monografia sobre uma aldeia andaluza. Pelo lado dos americanos passa-se o mesmo. Por exemplo, os discípulos de Fred Eggan, em Chicago, já nos anos 30 faziam estudos na Europa (Gower-Chapman, 1973).

Só a partir dos anos 50, porém, com o progressivo dismantelamento dos regimes coloniais, se inicia um movimento declarado de afastamento dos antropólogos em relação a esta formulação temática. Mesmo assim, muitos há que, nostalgicamente, gostariam de ficar presos à ideia de exotismo que é atribuída ao estudo de «povos nunca antes contactados pelo homem branco». Alguns desses, desesperados, chegam mesmo a afirmar que agora, que a globalização acabou com os «primitivos», só resta aos antropólogos fazerem a história da sua própria disciplina! Contudo, investigação empírica continua a ser feita, e muita, e quem quiser lê-la verá que, muitas vezes, muito boa. Por isso, se o que fazem os antropólogos não é antropologia, então o que é?

Como dizia Leach, a antropologia é o que fazem os antropólogos. E que fazem eles? Muitos há que afirmam que a antropologia só agora começa a estudar contextos urbanos e situações de modernidade. Mais uma vez funciona aí essa miragem de subalternidade que traduz em «juventude» aquilo cuja relevância se deseja reduzir. Só os muito ignorantes não sabem que Erving Goffman e Pierre Bourdieu, para escolher dois exemplos conhecidos, iniciaram as suas carreiras de investigadores nos anos 60 como estudantes de antropologia. Já nos anos 50, Abner Cohen estudava elites políticas, Mitchell estudava cidades africanas, Firth e colegas estudavam o parentesco dos Londrinos, etc.

Em suma, quem quer saber qual é a temática dos antropólogos tem de se informar sobre o que os antropólogos de hoje estudam. Por exemplo, tem de pegar no programa de uma das grandes arenas internacionais de discussão antropológica (as reuniões do AAA americana ou da EASA europeia ou, a nível mais restrito, mas não menos importante, da ASA britânica, da Federação espanhola ou da ABA brasileira, por exemplo) e ver o que lá se passa. Quem o fizer descobrirá que Giddens não sabe do que fala: os antropólogos abraçaram há muito a complexidade da sociedade global. Essa suposta divisão do trabalho científico, segundo a qual os antropólogos estudariam os povos primitivos e os sociólogos os contemporâneos, já não faz o mínimo sentido desde pelo menos 1950. Pretender que as disciplinas dividam o mundo do sócio-cultural segundo temáticas que são «suas» — uma espécie de Tratado de Tordesillas em que aos antropólogos cabe o *disappearing subject* — é tão insustentável que, mais do que positivismo, só pode ser considerado corporativismo descarado.

O MÉTODO E A TEORIA

Ainda segundo o mesmo autor, a antropologia estaria a «demarcar terreno por meio de um método que, de qualquer forma, partilha com todas as outras ciências sociais». Esta afirmação é do género de «preso por ter cão e preso por não ter». Quem é responsável por conceber o método de estudo de caso e desenvolver a metodologia etnográfica? Quem tem vindo a inspirar historiadores e sociólogos, geração após geração, com a atenção aos aspectos qualitativos da análise sócio-científica (sociológica, no sentido geral e não disciplinar da palavra)? Quem lançou as bases metodológicas para a escola de Chicago? Quem desenvolveu o método genealógico? Quem lançou as histórias de vida e de família? Onde é que Bourdieu foi procurar a sua inspiração para a teoria da prática ou para o seu conceito de «estratégia»?

Se todo o trabalho sociológico que encontra a sua raiz histórica na antropologia fosse reclassificado como antropologia, ficava muito pouco para a

sociologia das últimas décadas. Em Portugal então seria devastador: Boaventura Sousa Santos, João Ferreira de Almeida e Augusto Santos Silva, para não falar em mais ninguém, passavam logo para o lado de cá da barricada corporativística!

Os benefícios teóricos, críticos e empíricos derivados de metodologias desenvolvidas dentro da tradição disciplinar antropológica são naturalizados como factos da metodologia e depois utilizados para dizer que a antropologia não sabe fazer nada de especial que os outros também não façam! Não creio que valha a pena dizer mais nada sobre isto, senão que, mais uma vez, o velho positivismo acrítico levanta a sua horrível cabeça.

Depois de um Tordesillas temático é-nos proposto um Tordesillas teórico e metodológico. Também a afirmação de que as «tradições teóricas centrais» da antropologia seriam deficientes não dá para perceber. O autor decide aleatoriamente que Engels, Durkheim, Mauss, Bourdieu e Goffman (para falar só nos que passaram explicitamente pela antropologia) são sociólogos. Depois aponta aos antropólogos a falta de teoria. Onde é que ele porá todos os importantes discípulos de Parsons e Merton que se consideravam antropólogos? E os discípulos de Gluckman, Worsley e Mitchell que se consideravam sociólogos? Não digo mais, até porque a ignorância relativa aos importantes avanços teóricos da antropologia das últimas décadas, vinda de quem vem, é culpável.

UMA DISCIPLINA POUCO ÚTIL E SEM NÚMEROS

Voltemos agora aos estereótipos encontrados entre os seus alunos por Maria Tam. A antropologia seria, assim, vista como uma disciplina tipo torre-de-marfim, cujos resultados seriam pouco representativos. Caricaturizando, uma disciplina entregue ao estudo de «miudezas».

Não há que negar o facto de que, nos dias que correm, dentro do grande campo teórico-metodológico das ciências sociais, a tradição disciplinar antropológica tem vindo a caracterizar-se por uma agenda de investigação mais qualitativista, menos presa aos interesses dos poderes públicos, mais preocupada com a diferenciação sócio-cultural e étnica, mais internacional, mais orientada pelos interesses temáticos das populações estudadas, do que é o caso da sociologia ou da chamada ciência política.

Noto, contudo, que esta relativa isenção em relação a agendas temáticas desenhadas por instâncias políticas jamais foi total e nunca o será. O caso da antropologia aplicada colonial é, aliás, bem conhecido — e não nos esqueçamos de que, em Portugal, este foi o único tipo de ciência social subvencionado pelo Estado até 1974. Ainda hoje, por exemplo, a licenciatura de Investigação Social Aplicada da Universidade Moderna insere-se dentro desta tradição antropológica.

Dar-se-á, porém, o caso de o conhecimento antropológico ser menos útil do que o sociológico, o geográfico ou o do cientista político? Mas útil para quem e sob que circunstâncias? E que género de conhecimento antropológico? Mais ainda: em que medida é que um sociólogo que funciona numa empresa ou numa agência estatal está mais treinado para o fazer do que um antropólogo com uma formação de igual qualidade científica? Não confundamos falta de preparação científica com diferenças disciplinares. Sobretudo, não pretendamos que um certo olhar sobre a sociedade moderna que enfatiza a diferença social e cultural e que põe uma certa prioridade sobre os grupos marginais e minoritários é *menos útil* do que um outro olhar que assenta sobre a agenda política e social definida a partir dos interesses dos que controlam os *mass media* e as agências governamentais.

E, ainda assim, será o caso de que há áreas inteiras do conhecimento sócio-científico necessárias ao Estado moderno e às empresas que pertencem à sociologia e não à antropologia? Quando se fala com sociólogos, é frequente ouvir-se que os antropólogos não servem para trabalhar, por exemplo, nas áreas do «trabalho», das relações pessoais nas empresas, do planeamento familiar, do planeamento urbano, etc. Quando assim falam, esses nossos colegas só revelam uma culpável ignorância fundada na necessidade de melhor protegerem as suas clientelas e os respectivos monopólios.

Outra acusação peculiar é a que se refere ao qualitativismo. Supõe-se que os antropólogos «não sabem nada de números». Assim, como usam menos quadros e tabelas, o seu conhecimento seria mais «subjectivo» e «menos representativo». É verdade que a tradição disciplinar antropológica favorece formas de investigação sócio-cultural que assentam sobre metodologias em que o contacto directo entre investigador e objecto de estudo permite a constituição de formas de intersubjectividade e, por conseguinte, uma entrada mais pessoalizada dentro do universo sócio-cultural estudado. Esta é a riqueza principal da tradição disciplinar antropológica, mas, como insiste Giddens, não lhe é exclusiva. Se o qualitativismo fosse uma coisa «má», que retira «representatividade» às observações, ou que as torna mais «subjectivas», muita da melhor investigação sociológica — de Simmel a Giddens — seria completamente inútil. Mais uma vez, nem é verdade que os sociólogos sejam sempre quantitativistas, nem que os antropólogos jamais usem métodos quantitativos. Quem quiser saber se assim é não se baseie em vagas noções estereotipadas do que uma disciplina deve ser, faça antes algum trabalho para se informar sobre o que os cientistas dessa disciplina fazem.

A questão é mais uma vez redutível a um positivismo pré-teórico ingenuamente utilizado como forma de justificar corporativismos académicos. Vou dar um exemplo que recentemente confrontei. Um aluno de pós-graduação veio ver-me muito preocupado porque, tendo ele informado um colega mais sénior, no departamento de sociologia onde trabalha, de que a principal

metodologia da sua investigação seria baseada em entrevistas informais abertas, esse lhe teria respondido que tomasse cuidado porque se sujeitava a não passar. Segundo este professor, para ser sociologia-a-sério, a tese tinha de ser baseada em questionários, resultando em números estatisticamente representativos.

Não se trata aqui, urge sublinhar, de pôr em causa a relevância de metodologias estatísticas e a riqueza que advém do estudo de dados agregados representativos de uma população (só quem não fez investigação sócio-cultural recentemente é que não se viu obrigado a estudar censos e estatísticas fornecidos por organismos oficiais e a derivar observações desse estudo). Aliás, porque há quem não saiba, é importante lembrar que, desde os anos 50, praticamente todas as monografias etnográficas incluem um levantamento dos principais dados estatísticos disponíveis em relação às populações estudadas. Se vier a verificar-se que, nas nossas licenciaturas de Antropologia, o ensino da utilização e crítica destas fontes tem sido descurado, isso é algo que deve ser corrigido.

Finalmente, é também importante lembrar o velho ditame inglês: *garbage in, garbage out*. O recurso a grandes e dispendiosos questionários que não esteja assente sobre um sólido trabalho prévio de estudo quantitativo do universo social e cultural a que é aplicado, na melhor das hipóteses, é inútil, na pior das hipóteses, tem de ser lido como uma estratégia de legitimação de concepções ideologicamente preestabelecidas. Tenho encontrado nos últimos anos vários exemplos desta natureza, em que verbas consideráveis foram atiradas aos «factos», como se eles falassem por si, como se não fossem teoricamente construídos. Estaremos desta forma a contribuir para uma má utilização dos fundos disponíveis para a investigação científica?

«PROFISSIONALIZAÇÃO»

Sou levado a terminar, mais uma vez, com a inspiração de Maria Tam. Tal como aconteceu há já uns anos nos Estados Unidos, em Hong-Kong começa a surgir um interesse por parte das grandes empresas e das grandes agências do Estado em empregar antropólogos. O ímpeto imediato para tal é o facto de se ter começado a compreender que, no período pós-colonial, os antropólogos abraçaram plenamente o estudo dos contextos industriais, urbanos e modernos. Segundo esta autora, o que levou os empregadores a interessarem-se crescentemente por licenciados em Antropologia foi «the cross-cultural experience and the international outlook, and the holistic, analytical mind provided by anthropological training» (1998, p. 209). Que lições podemos tirar para estas observações no que se refere à antropologia portuguesa?

A questão foi-me imposta recentemente por ter estudado os currículos das quatro licenciaturas de Antropologia que as universidades públicas portuguesas oferecem. Em primeiro lugar, urge insistir em que os cerca de 240 lugares em universidades públicas que são oferecidos anualmente para o estudo de antropologia são preenchidos, na sua devastadora maioria, não pelos muitos alunos que gostariam de fazer esse curso (1.^a e 2.^a opções), mas por alunos que não conseguiram entrar noutros cursos (3.^a, 4.^a, 5.^a e 6.^a opções)!

A informação que recebo dos meus colegas destas escolas é a de que os alunos destas licenciaturas estão muito preocupados com a sua posterior «profissionalização», manifestando-se quase anualmente. Quer isto dizer que, em vez de verem o curso como uma formação pessoal que lhes permitirá uma melhor entrada no mercado de trabalho, são tentados a vê-lo como uma porta para uma saída profissional predeterminada. Não é este o lugar para discutir os valores culturais que a sociedade portuguesa atribui à obtenção do título de «Dr.» — e que, incidentalmente, com a abertura das licenciaturas dos institutos politécnicos, que este ano se verifica, serão finalmente postos em causa. Sumariando, a expectativa de que a um curso se segue a obtenção de um emprego assalariado com um contrato de trabalho para o resto da vida numa profissão que tem o mesmo nome que o curso é, nos dias que correm, completamente irrealista para a maioria dos cursos — inclusive para cursos que, num passado ainda não muito distante, assim funcionavam, como é o caso de Direito.

A massificação do ensino universitário — que é um dos sinais positivos (e não negativos, como parece crer a maioria dos meus colegas) do desenvolvimento do nosso país — terminará dentro em breve com essas expectativas, por muito que os interesses corporativísticos de algumas «profissões/cursos» consigam manter em funcionamento por mais algum tempo algumas bolsas de emprego relativamente automático (como, por exemplo, os monopólios disciplinares que continuam inexplicavelmente a existir ao nível do ensino secundário — onde um mau professor com um curso X tem mais chances de emprego, e tem melhor emprego, do que um bom professor com um curso Y de área afim).

Vista da perspectiva da antropologia, contudo, esta questão é mais complexa, já que sabemos que, numa situação de mercado, a procura é muito determinada pela capacidade de convencer da oferta. Ora, neste aspecto, os nossos colegas geógrafos, historiadores e sociólogos parecem ter sabido fazer melhor esse trabalho de promoção corporativística disciplinar do que os antropólogos.

Será que estes últimos não se preocuparam simplesmente com a questão? Quem tem acompanhado a evolução da disciplina nas últimas décadas sabe que tal acusação é injusta. Preocuparam-se, mas perderam algumas batalhas. Nomeadamente, no referente ao ensino secundário e à capacidade de demar-

car monopólios de emprego aí dentro, os antropólogos lutaram, mas perderam. As acusações que se ouvem de tantos alunos de que a luta não foi feita resultam de ignorância. Simplesmente, os *lobbies* políticos das disciplinas adversárias conseguiram levar a sua por diante por serem mais fortes.

Confrontados, mesmo assim, com o problema, todos os quatro departamentos de antropologia das universidades públicas tentaram dar respostas às aspirações profissionalizantes dos seus alunos. Se olharmos para as respostas que deram, porém, surge alguma perplexidade pelo facto de todas as licenciaturas terem «inventado» as mesmas soluções. Assim, Coimbra, na área sócio-cultural, especializou-se em museologia; a Nova tem uma das especialidades em património e museologia; o ISCSP fez precisamente a mesma opção; o ISCTE, que não tem especialidades de licenciatura, tem um dos seus dois mestrados em património e museologia. Em suma, pelo menos metade dos licenciados que saem anualmente terão uma vocação preferencial para a museologia etnológica; se considerarmos que a museologia etnológica será sempre minoritária e terá sempre uma posição subordinada ao nível das políticas nacionais e europeias de gestão do património, acho que podemos concluir que, como solução «profissionalizante», foi uma má opção. *Mutatis mutandis*, o mesmo poderia dizer-se em relação à outra grande «saída» — a cooperação internacional.

Se conseguirmos fazer um levantamento das áreas profissionais em que se encontram os licenciados em Antropologia, porém, cedo descobriremos que a licenciatura de Antropologia tem servido para fazer as coisas mais variadas e mais maravilhosas a nível profissional. Ora é esse o segundo erro que tem sido cometido quando se considera a questão da «profissionalização». Em vez de vermos o que fazem os antropólogos que foram absorvidos pelo mercado de trabalho — em particular esses de entre eles que têm tido sucesso nas suas carreiras —, limitamo-nos a aceitar uma visão estatizante, nostálgica e academicista da disciplina e a planear «saídas profissionais» baseadas numa concepção que é essencialmente passadista e que continua a dividir a antropologia em «etnologia europeia» *versus* «antropologia comparada», apesar de já sabermos todos há muitos anos que esta oposição não é viável. Há, pelo menos, duas décadas que a globalização acabou com essa falsa divisão entre *anthropology at home* (leia-se brancos e, de preferência, europeus) e antropologia do exótico (leia-se, de preferência, não brancos e não descendentes de europeus)! Há meio século ainda poderia dizer-se que a oposição era justificada por assentar na distinção entre sociedades modernas e sociedades pré-modernas. Mas nos dias que passam, em que os Japoneses e os Chineses são, pelo menos, tão modernos quanto a maioria dos europeus, a oposição é eurocêntrica, discriminatória e contrária a tudo o que são as maiores contribuições que a antropologia tem feito para o panorama da investigação em ciências sociais nas últimas duas décadas.

Depois de mais de meio século de estudos continuados sobre meios urbanos, a antropologia não terá nada a dizer sobre planeamento urbano? Depois de mais de meio século de estudo sobre o desvio e a marginalidade, a antropologia não terá nada a dizer sobre o tema? Depois de mais de um século de investigação sobre a família e de, pelo menos, cinquenta anos de contínua investigação sobre a família em meios urbanos modernos, a antropologia não terá nada a dizer sobre políticas de família? Depois de outros tantos anos a estudar elites políticas, a antropologia não terá nada a dizer nesta área? Fico por aqui porque a lista seria interminável. Aliás, quem queira saber que possibilidades existem de conhecimento constituído recente sobre estas e muitas outras áreas só terá de consultar as listas de mestrados feitos nos últimos anos no seio da tradição disciplinar antropológica na Nova, no ISCTE ou no ICS. Vai encontrar que os nossos mestrados e os seus orientadores souberam procurar temáticas relevantes, actuais e inovadoras.

Por isso, não continuemos a contribuir com a nossa passividade para deixarmos reproduzir essa imagem nostálgica e passadista da antropologia. Ficar calado perante ataques como os de Giddens ou os dos nossos colegas sociólogos locais que apregoam a quem os queira ouvir que a antropologia nada tem a dizer sobre a sociedade contemporânea é uma profunda injustiça para o imenso trabalho de desenvolvimento teórico e de investigação empírica que temos vindo a realizar nos últimos cinquenta anos. Em Portugal, depois dos passos enormes que a antropologia soube dar desde que a liberdade intelectual do pós-1974 lhe permitiu modernizar-se, depois do impacto que o trabalho dos antropólogos portugueses teve e está a ter na obra dos outros cientistas sociais portugueses, tal seria uma traição a nós próprios.

BIBLIOGRAFIA

- GOWER-CHAPMAN, Charlotte (1973), *Milocca: A Sicilian Village*, Londres, Allen & Unwin.
- KUPER, Adam (1988), *The Invention of Primitive Society*, Londres, Routledge.
- KUPER, Adam (1990), «Psychology and anthropology: the British experience», in *History of the Human Sciences*, 3 (3), pp. 397-413.
- TAM, Siumi Maria (1998), «Teaching as 'culturalization': reflections on Hong-Kong specific anthropological pedagogy», in Sidney C. H. Cheung (org.), *On the South China Track: Perspectives on Anthropological Research and Teaching*, Hong-Kong, Hong Kong Institute of Asia-Pacific Studies, The Chinese University of Hong Kong.